

## Prefeitura Municipal de Bagé Gabinete do Prefeito



PORTARIA Nº 5519, DE 6 DE OUTUBRO DE 2025.

## **RETIFICA A PORTARIA 5050/2025.**

**Luiz Fernando Mainardi**, Prefeito de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, inclusive hipóteses de contratação direta por dispensa e inexigibilidade;

**CONSIDERANDO** o Decreto Municipal nº 154/2025, que regulamenta as contratações diretas no âmbito do Município de Bagé;

**CONSIDERANDO** o art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 154/2025, que dispõe sobre a autorização do procedimento pela autoridade competente ou por quem ela delegar;

**CONSIDERANDO** a necessidade de conferir eficiência, celeridade e segregação de funções aos processos administrativos de contratação, **resolve**:

- **Art.1°** Delega aos Secretários Municipais e aos Secretários Adjuntos de cada Pasta a competência para autorizar a celebração de contratações diretas, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, observadas a Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do Decreto Municipal nº 154/2025 e demais normas aplicáveis.
- **§1º.** A autorização que trata o caput se restringe as contratações diretas de baixa complexidade, sendo com entrega imediata e de valores

até 10% (dez por cento) do limite previsto para dispensa de licitação, disposto no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/21.

- **§2°** A delegação compreende a abertura do processo administrativo correspondente com a anuência nos documentos preparatórios bem como atuação como autoridade competente para autorizar o processo, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais competências previstas na legislação e regulamentação municipal.
- §3° Cabe ao Secretário Municipal ou Adjunto garantir a instrução regular do processo, reunindo justificativas e documentos exigidos em cada caso (como estudo técnico, termo de referência, estimativa de preços, parecer jurídico e manifestação do Controle Interno);
- **Art.2°** Delega aos Secretários e aos Secretários Adjuntos a competência de atestar que as condições e preços do contrato, permanecem vantajosas para a Administração, em atenção ao disposto no artigo 107 da Lei 14.133.
- **Art.3°** Delega aos Secretários Municipais e aos Secretários Adjuntos a competência para assinatura dos apostilamentos relativos aos contratos administrativos vinculados às suas respectivas pastas, formalizados nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.
- **Art.4°** O delegatário responde integralmente pelos atos praticados no âmbito deste regulamento, devendo observar os princípios da Administração Pública, bem como as regras de segregação de funções e de prevenção de conflitos de interesses.

Parágrafo único. Os atos praticados em decorrência desta delegação deverão ser juntados aos respectivos processos administrativos observados as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

**Art.5°** É vedada a subdelegação da competência ora conferida.

**Art.6°** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **LUIZ FERNANDO MAINARDI**

Prefeito Municipal